

ESTADO DO MAINE

TRIBUNAL DE COMARCA

Localização: _____

N.º de registo _____

EM ASSUNTO:

AVISO: Este formulário destina-se apenas a fins de referência. Preencha a versão em inglês deste formulário em inglês. Se precisar de ajuda, contacte o Escritório do escrivão e será providenciado um serviço de interpretação.

ORDEM DE RISCO e Ordens de planeamento da permanência e revisão judicial

enquanto mãe

enquanto pai

22 M.R.S. § 4035

1. Em _____, agindo de acordo com os termos da Lei de proteção de menores e serviços de menores e famílias, 22 M.R.S. §§ 4001-4099-H, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos do Estado do Maine apresentou uma Petição para a Ordem de proteção de menores a este Tribunal relativamente à(s) criança(s) supracitada(s).

2. Nessa mesma data, o Departamento solicitou e recebeu uma Ordem de proteção preliminar de menores. Uma audiência preliminar sumária foi agendada para _____.

Nessa data,

_____ compareceu e renunciou à audiência referente à

Ordem preliminar de acordo com o 22 M.R.S. § 4034(3);

após a audiência, o Tribunal continuou a Ordem preliminar em vigor;

após a audiência, o Tribunal modificou a Ordem preliminar; **ou,**

após a audiência, o Tribunal dissolveu a Ordem preliminar.

3. O Meritíssimo _____ presidiu estes procedimentos.

4. Por ordem deste Tribunal, uma audiência referente à Petição para Ordem de proteção de menores foi agendada para _____. Para além do estipulado no presente, todas as partes foram devidamente e oportunamente notificadas sobre a pendência do procedimento.

(i) O DHHS entregou não entregou uma cópia do aviso deste procedimento ao cuidador em questão (ou seja, pais adotivos, pais pré-adotivos e/ou cuidadores familiares). O Tribunal ordena desta forma que o aviso seja fornecido a _____ conforme se segue: _____.

(ii) O jovem com idade apropriada foi não foi notificado deste procedimento. Não se aplica.

(iii) A(s) criança(s) entrou/entraram nos cuidados de acolhimento em _____.

(iv) Foi fornecido um aviso insuficiente a _____. O Tribunal ordena desta forma que o aviso seja fornecido a ele/ela/eles conforme se segue: _____.

5. As partes seguintes compareceram em Tribunal:

Mãe _____

Pai _____

DHHS _____

Jovem _____

Cuidador _____

Outro _____

Advogado da mãe _____

Advogado do pai _____

PGA _____

GAL _____

Participante _____

Interveniente _____

6. Data da última visita do GAL à(s) criança(s): _____. Último relatório do GAL datado de: _____. O relatório do GAL foi não foi admitido como prova e foi circulado pelas partes.

7. Existem ações auxiliares pendentes no Tribunal _____ relativamente ao contacto entre as partes e outras pessoas envolvidas neste caso.

Existe uma Ordem judicial em vigor emitida pelo Tribunal _____ que proíbe o contacto entre as partes e outras pessoas envolvidas neste caso.

8. Os pais que compareceram foram interrogados sobre as questões de paternidade.

Não existe qualquer questão de paternidade neste caso; **ou**,

Existem as seguintes questões de paternidade neste caso: _____

9. Os pais foram interrogados sobre se eles ou qualquer progenitor ausente, são membros de uma tribo indígena reconhecida a nível federal.

O Tribunal determinou que a lei Indian Child Welfare Act não se aplica neste caso; **ou**,

O Tribunal determinou que a lei Indian Child Welfare Act (ICWA) se aplica neste caso, uma vez que a criança é um membro registado de _____ ou o progenitor é um membro do _____, e a criança está elegível a associação nessa tribo. A tribo foi notificada em _____.

10. No início, as partes confirmaram a este Tribunal que estavam em acordo em relação às constatações e disposição referente a este caso; **ou**

O tribunal emite esta ordem após uma audiência contestada.

11. O Tribunal reviu as provas apresentadas, as circunstâncias referentes à apresentação da Petição, as ações tomadas até à data pelo Departamento e pelos progenitores em relação à(s) criança(s), a recomendação do Guardião *ad litem*, e o plano apresentado para a(s) criança(s). Com a devida consideração pela saúde e segurança da(s) criança(s) e por preponderância das provas, este tribunal constata que a(s) criança(s) menor(es) supracitada(s) está/estão em risco em termos de saúde e bem-estar na ausência de uma Ordem de proteção de menores.

O risco neste caso baseia-se nos seguintes fatores:

Mãe: _____

Pai: _____

12. O Departamento de Saúde e Serviços Humanos envidou não envidou esforços razoáveis para evitar a necessidade de retirar a(s) criança(s) da custódia dos seus pais. Esses esforços razoáveis, se realizados, incluem os seguintes: _____

13. Não foi exigido ao Departamento que realizasse esforços razoáveis para prevenir a retirada da(s) criança(s), porque o Tribunal constatou que existe o seguinte fator agravante em relação aos pais: _____

14. Custódia e colocação

Com base na revisão do caso por parte do Tribunal e constatação de risco, **É DESTA FORMA ORDENADO**, de acordo com o 22 M.R.S. §§ 4035 e 4036 que a(s) seguinte(s) criança(s) _____
_____ seja/sejam sujeita(s) à Ordem seguinte, com data efetiva em _____

A. A(s) criança(s) deve(m) ser colocadas na custódia dos pais mãe pai _____
_____ ao abrigo das seguintes condições _____; **ou**,

B. A(s) criança(s) deve(m) ser colocada(s) na custódia de outro(a) _____ com base na determinação do Tribunal que permanecer em casa é contrário ao bem-estar da(s) criança(s) e **consulte o ponto 16 abaixo**; ou

C. A(s) criança(s) deve(m) ser colocada(s) na custódia do Departamento, com base na determinação do Tribunal que permanecer em casa é contrário ao bem-estar da(s) criança(s) e **consulte o ponto 16 abaixo**;

Se a custódia tiver mudado, a mudança afetou a(s) criança(s) conforme se segue: _____
_____.

Colocação:

- A colocação atual em _____ é necessária e apropriada.
- A(s) criança(s) está/estão segura(s) na sua colocação atual.
- As mudanças na colocação da(s) criança(s) foram aplicadas porque _____
_____ e a(s) criança(s) está/estão colocada(s) _____.

Familiares:

- Os passos seguintes para identificar familiares devem ser tomados antes da próxima ação judicial: _____.
- Foram identificados os seguintes familiares e o Departamento está a explorar/deve explorar se esses familiares estão dispostos e são capazes de servir de colocação permanente para a criança: _____
- Não existem quaisquer familiares com os quais as crianças podem ser deixados.

Jovem com 16 ou mais anos de idade

A(s) criança(s) tem/têm dezasseis ou mais anos de idade. Para efetuar a transição de uma família para viver de forma independente, a(s) criança(s) deve(m) receber o Programa de vida independente do Departamento e/ou os seguintes serviços: _____.

Colocação fora do Estado:

- A(s) criança(s) está/estão numa colocação fora do Estado: em _____.
- Este plano é do melhor interesse da(s) criança porque é necessário cumprir as necessidades especiais da(s) criança(s), _____.

Estudo ICPC ordenado da seguinte forma _____.

Outro:

A(s) criança(s) está/estão na escola _____ não está/estão na escola _____.

Contacto de ligação educacional relativamente a questões escolares: _____.

Outra disposição: _____

15. Planeamento da permanência (se aplicável)

Se a(s) criança(s) estiver(em) na custódia do Departamento de Saúde e Serviços Humanos, deve ser realizado um plano de permanência para a(s) criança(s), no máximo, doze (12) meses deste a data em que a(s) criança(s) entraram na custódia do Departamento de acordo com o 22 M.R.S. § 4038-B.

O Departamento envidou esforços razoáveis para finalizar um plano de permanência para a(s) criança(s). Esses esforços razoáveis incluem os seguintes: _____

O plano de permanência para a(s) criança(s) é:

Reunificação com pais mãe pai outro indivíduo: _____.

A data planeada provável na qual a colocação de novo em casa pode ser realizada de forma segura e mantida _____.

Adoção. Uma Petição para conclusão deve ser/foi apresentada em _____.

Colocação permanente com um familiar adequado e capaz. A data planeada provável na qual a(s) criança(s) pode(m) ser colocada(s) com um familiar é _____.

Colocação com um tutor de permanência. A data planeada provável na qual a(s) criança(s) pode(m) ser colocada(s) com um tutor de permanência é _____.

Referência para tutela legal. A data planeada provável na qual a(s) criança(s) pode(m) ser colocada(s) com um tutor legal é _____.

Outro ambiente planeado de residência permanente. O Departamento documentou os seguintes motivos convincentes para outro ambiente planeado de residência permanente: _____

O Tribunal teve em consideração os desejos da(s) criança(s) de uma forma apropriada à idade dela(s).

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos deve fornecer os seguintes serviços para facilitar a aplicação da Ordem de planeamento da permanência: _____

Os pais mãe pai outro indivíduo _____ deve(m) participar nos seguintes serviços para facilitar a aplicação da permanência: _____

16. Reunificação **Nota: Deve ser realizada uma Revisão judicial no prazo de 6 meses a partir da retirada da criança através de uma Ordem de proteção preliminar (OPP) ou no prazo de 6 meses a partir de uma determinação de risco, caso não exista qualquer OPP. Por conseguinte, se esta Ordem constituir a primeira Revisão judicial num caso com uma OPP, esta secção tem de ser preenchida.**

A. O Departamento envidou não envidou esforços razoáveis para reunir e reabilitar a família. Esses esforços razoáveis, se realizados, incluem os seguintes: _____

B. O Departamento deve aplicar esforços para realizar a reunificação com os pais mãe

pai outro: _____.

C. A medida de cumprimento da mãe do plano do caso, incluindo progresso para a mitigação da causa de colocação e quaisquer novas questões resultantes em risco, foi inaceitável razoável boa _____. Os serviços e expectativas devem ser os especificados no plano de reunificação datado de _____. Uma cópia do plano de reunificação datado de _____ encontra-se no arquivo do tribunal e deve incluir ainda: _____

D. A medida de cumprimento do pai do plano do caso, incluindo progresso para a mitigação da causa de colocação e quaisquer novas questões resultantes em risco, foi inaceitável razoável boa _____. Os serviços e expectativas devem ser os especificados no plano de reunificação datado de _____. Uma cópia do plano de reunificação datado de _____ encontra-se no arquivo do tribunal e deve incluir ainda: _____

E. O plano de reunificação ou o plano para evitar a retirada da(s) criança(s) de casa datado de _____ está aqui em anexo e incorporado por referência **ou**
 O Departamento é dispensado de apresentar um plano a este Tribunal nesta data por boa causa:

Um plano de reunificação ou o plano para evitar a retirada da(s) criança(s) de casa deve ser apresentado pelo Departamento e deve ser fornecida uma cópia às partes no máximo até _____

17. Suspender a reunificação

O Departamento foi anteriormente dispensado das suas obrigações de procurar envidar esforços de reunificação com

mãe pai por Ordem datada de _____

O Departamento foi dispensado das suas obrigações de procurar envidar esforços de reunificação com

pais mãe pai outro: _____

pelos seguintes motivos:

foi identificado um fator agravante (a audiência de planeamento de permanência deve ser realizada no prazo de 30 dias)

a continuação dos esforços de reunificação é inconsistente com o plano de permanência para a(s) criança(s)

outro _____

18. As visitas e o contacto (se aplicável) devem ser consistentes com os melhores interesses da(s) criança(s) conforme se segue: _____

conforme acordado pelas partes

da seguinte forma: _____

19. Apoio à criança

É AINDA ORDENADO de acordo com o 22 M.R.S. § 4036(1)(G), que:

Qualquer Ordem de apoio à criança existente ou Ordem administrativa de apoio à criança permanece em total vigor e efeito.

O(s) progenitor(es) deve(m) pagar o apoio à criança conforme estipulado na Ordem de apoio à criança em anexo e aqui incorporada nesta Ordem por referência. A Ordem para retenção de rendimentos (se aplicável) em anexo também está incorporada por referência.

Além disso, _____ deve fornecer a cobertura de seguro de saúde/médico para a(s) criança(s) enquanto estiver disponível através do seu emprego e deve fornecer comprovativo dessa cobertura ao Departamento de Saúde e Serviços Humanos **e/ou**

No prazo de 10 dias, os pais devem entregar declarações financeiras ao tribunal. A falha em apresentar essas declarações pode resultar na emissão de uma ordem de apoio com base noutras informações disponibilizadas ao Tribunal.

20. **É AINDA ORDENADO** que esta questão seja adicionalmente revista por este Tribunal:

Em _____ às _____ ou no prazo de seis (6) meses a partir desta Ordem, ou anteriormente, mediante moção de uma parte. A citação desta Ordem através dos meios indicados abaixo deverá constituir um aviso suficiente da Revisão agendada. Não é necessário entregar qualquer aviso adicional da Revisão; **ou**

Mediante moção de uma parte porque:

Foi concedida a custódia a uma pessoa diferente do Departamento de Saúde e Serviços Humanos ou os pais. 22 M.R.S. § 4038(1-A)(A); **ou**

Foi concedida a custódia ao progenitor que não tinha a custódia da(s) criança(s) na altura em que a Petição foi apresentada. 22 M.R.S. § 4038(1-A)(B).

O escrivão deve introduzir o seguinte no registo:

Ordem de risco datada de _____ entregue. Foi /não foi identificado risco contra os pais mãe par em relação a _____.

A custódia da(s) criança(s) deve permanecer com/é concedida a _____.

A colocação das crianças deve permanecer/ser entregue à custódia de _____.

O DHHS é dispensado da sua obrigação de fornecer serviços de reabilitação e reunificação a _____ enquanto existir um fator agravante.

_____ foi adicionado como uma parte _____ neste caso.

Revisão judicial realizada.

Audiência de planeamento da permanência realizada.

_____ é ordenado a pagar o apoio à criança ao Departamento no montante de \$ _____ semanalmente/quinzenalmente/mensalmente.

Uma Revisão judicial / Audiência de planeamento da permanência outro _____ é agendada para _____.

De acordo com o M.R. Civ. P. 79(a), esta Ordem está incorporada no registo por referência mediante direção específica do Tribunal.

Data: _____

Juiz Presidente, Tribunal de Comarca do Maine

AVISO PARA AS PARTES

É desta forma notificado que de acordo com o 22 M.R.S. § 4038, tem o direito a apresentar uma Moção para Revisão judicial, de forma a procurar a alteração desta Ordem de proteção de menores.

CITAÇÃO DA ORDEM

As partes receberam cópias da Ordem em mãos ao enviar uma cópia por correio normal para os seguintes indivíduos:

- Procurador-Geral Adjunto
- Departamento de Saúde e Serviços Humanos
- Advogado para mãe/mãe autorrepresentada
- Advogado para pai/pai autorrepresentado
- Guardião ad litem

- Interveniente: _____
- Outra: _____
- Maine CASA Office, se aplicável _____

Data: _____

Escrivão do Tribunal de Comarca

APENAS PARA
REFERÊNCIA